



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROCESSO Nº 23065.024513/2022-09

CONTRATO Nº 09/2022

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA - PAQTCPB, PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA "CENTRO DE INOVAÇÃO EDGE", APROVADO POR MEIO DA RESOLUÇÃO N. 04/2022 - CONSUNI/UFAL, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022, COORDENADO PELO PROF. DR. WILLY CARVALHO TIENGO, SIAPE 2626422 DO INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO-IC/UFAL.

Por este instrumento, de um lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL, Autarquia em Regime Especial com sede no Campus A. C. Simões, BR 104 km 14, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, inscrita no CNPJ sob nº. 24.464.109/0001-48, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Prof. Dr. JOSEALDO TONHOLO, nomeado pelo Decreto de 16 de janeiro de 2020, publicado no *DOU* de 17 de janeiro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1121401, RG n. 16.554.981 – IIRGD/SP e CPF n. 163.923.988-05, e do outro a FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 09.261.843/0001-16, sediada em Campina Grande – PB, na Rua Emiliano Rosendo da Silva, 115, Bairro de Bodocongó, CEP 58.431-000, credenciada junto à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei nº 8.958/94, sob a Portaria Conjunta nº 57, de 17 de novembro de 2017, neste ato representada por seu Diretor Geral, Prof. Dr. JOSÉ NILTON SILVA, brasileiro, casado, professor, CPF/MF nº 013.406.184-51, RG nº 2685499 SSP/PB, residente e domiciliado à Avenida Marechal Floriano Peixoto, 5255, E20, Malvinas, Campina Grande – PB, e por seu Diretor Adjunto Prof. Dr. ALDRE JORGE MORAIS BARROS, brasileiro, casado, Professor do Magistério Superior, inscrito no CPF: 932.163.514-91 e portador do RG nº 1.420.747 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua João Agripino dos Santos, 252, Bairro Três Irmãs, Campina Grande – PB, CEP: 58.423-445, doravante denominada simplesmente PAQTCPB, sendo também denominados PARCEIROS, quando referidos em conjunto, ou PARCEIRO, quando referidos individualmente; com base na Resolução nº 04/2022-CONSUNI/UFAL, de 08 de fevereiro de 2022 e na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO mediante **Dispensa de Licitação nº 21/2022** com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação com que ora vige, e que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação da Fundação de Apoio – PaqTcPB para a prestação de serviços administrativo-financeiros para apoio ao Programa Centro de Inovação EDGE, coordenado pelo Prof. Dr. Willy Carvalho Tiengo, SIAPE 2626422 do Instituto de Computação-IC/UFAL e a vice-coordenação será do Prof. Dr. Rodrigo de Barros Paes, SIAPE 1670207 do Instituto de Computação-IC/UFAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO: O Programa Centro de Inovação EDGE do Instituto de Computação, que tem por finalidade estimular a pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia da informação, contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados e o desenvolvimento tecnológico nacional, especialmente no Estado de Alagoas, Coordenado pelo Prof. Dr. Willy Carvalho Tiengo, SIAPE 2626422 do Instituto de Computação-IC/UFAL, será levado a efeito por intermédio do Instituto de Computação - Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, em regime de gestão compartilhada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, nos termos do Protocolo de Intenções PROUFAL, cabendo à UFAL a execução técnica e à Fundação de Apoio - PaqTcPB a gestão administrativo-financeira dos recursos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Com base nas Lei n. 8.958/94 e Lei n. 12.349/2010 está vedado o repasse de recursos da

Universidade para a Fundação de Apoio nas situações previstas a seguir:

a) Manutenção de predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e

b) outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiadora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento é oriundo da **Dispensa de Licitação nº 21/2022, processo 23065.024513/2022-09**, amparada no artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 em conformidade com a Lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I – DA CONTRATANTE:

1. formular e executar o Programa Centro de Inovação EDGE, coordenado pelo Prof. Dr. Willy Carvalho Tiengo, SIAPE 2626422 do Instituto de Computação-IC/UFAL. Estabelece-se dois objetivos: 1) fomentar ações de integração interdisciplinar sobre temas relevantes às necessidades de inovação e modernização tecnológica de toda a sociedade; 2) formar recursos humanos qualificados para atuar no mercado de trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As Linhas de Ação do presente programa estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Programa de Apoio à UFAL para o Desenvolvimento de Ações Integradas para o Estado de Alagoas – PROUFAL;
2. Estabelecer parcerias previstas: MCTIC, SOFTEX, CNPq, FINEP, CAPES, FAPEAL, FIEA, IEL, SEBRAE, Desenvolve/AL, Banco do Nordeste, o Governo do Estado, as Prefeituras, além de empresas públicas, privadas e de economia mistas, pessoa física, dentre outras;
3. Há previsão de contratação de bolsistas nesta ação como um todo, sejam estudantes, sejam técnicos-administrativos, sejam docentes da UFAL;
4. oferecer todos os elementos necessários para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações assumidas por força deste instrumento;
5. indicar os nomes dos pesquisadores, técnicos e alunos que comporão a equipe de execução das atividades das Linhas de Ação ligadas ao Programa;
6. designar um servidor como gestor do contrato, bem como ao menos um fiscal para supervisão e controle administrativo do programa/projetos;
7. elaborar ao final de cada etapa dos trabalhos, relatório técnico apresentando os resultados do programa e projetos (vide cronograma);
8. prover, no limite de sua disponibilidade:
 - instalações e equipamentos necessários ao desenvolvimento e execução do objeto deste contrato;
 - a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes ligados a seus cursos de graduação e pós-graduação.
 - controlar, mediante monitoramento permanente, a execução das atividades previstas no programa;
9. certificar o cumprimento programático e contábil do programa, bem como das Linhas de Ação dos projetos a ele vinculadas;

10. divulgar o nome da CONTRATADA em textos e documentos relacionados com ao programa;
11. Para o bom monitoramento do Projeto fica determinado que projetos associados ao mesmo devem ser declarados ao Conselho da Unidade Acadêmica competente pelo Coordenador Geral, antes do encerramento do contrato;
12. Assinar o Relatório de Cumprimento de Objeto, informando os resultados alcançados acerca das metas previstas no Plano do Trabalho e/ou Plano de Gerenciamento Técnico.

II – DA CONTRATADA:

1. responsabilizar-se pela aplicação dos recursos para viabilização do Programa Centro de Inovação EDGE, coordenado pelo Prof. Willy Carvalho Tiengo, Siape 2626422;
2. avaliar o projeto apresentado, observando os critérios especificados no Programa de Apoio à UFAL para o Desenvolvimento de Ações Integradas para o Estado de Alagoas – PROUFAL;
3. empregar seus próprios meios para atender às demandas administrativas e gerenciais ligadas à execução do objeto deste contrato, cuidando da gestão operacional e financeira do projeto;
4. dar apoio operacional necessário ao desenvolvimento do projeto no que diz respeito à aquisição de bens de consumo e serviços;
5. efetuar o pagamento de despesas vinculadas ao objeto deste contrato;
6. identificar as notas fiscais decorrentes do gerenciamento administrativo-financeiro com o nome do projeto, as quais estão vinculadas e arquivá-las pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, após a aprovação da prestação de contas;
7. divulgar o nome da CONTRATANTE em textos e documentos relacionados com o projeto;
8. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da eventual contratação de profissionais para atendimento de atividades específicas vinculadas ao projeto;
9. Fica estabelecido que a Fundação de Apoio deverá divulgar em sítio próprio na internet, os seguintes dados da prestação de contas:
 - Os instrumentos contratuais, sejam convênios ou contratos, organizados por projeto/programa;
 - Relatórios semestrais de execução, conforme inciso II do Art. 4º A da Lei 8.958/94, acrescentado pela Lei 12.349/2010;
 - Relação de pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza por força do presente contrato;
 - Relação de pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência do presente contrato;
 - Lista de bens adquiridos (equipamentos, veículos dentre outros) ao longo do projeto/programa;
 - Extratos bancários das contas do projeto/programa, inclusive referentes às aplicações financeiras;
 - Relatório final de prestação de contas do projeto/programa, 30 (trinta) dias após encerrada a execução do contrato.
10. Os relatórios semestrais de execução físico-financeira devem ser encaminhados ao Coordenador do Projeto e/ou Gestor do Contrato pela Fundação de Apoio, com a mesma regularidade de sua construção;
11. A Fundação de Apoio deverá realizar abertura de conta para o Programa e outras destinadas às aplicações conforme projetos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO: O presente contrato vigorará pelo prazo de **60 (sessenta meses)**

meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado por acordo das partes, exceto quanto ao seu objeto, por meio de termo aditivo, observado, quanto ao prazo, o limite previsto no Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS: As atividades previstas neste instrumento serão financiadas através da captação de recursos de agências de fomento, empresas públicas ou privadas, alocados para a finalidade descrita na Cláusula Primeira.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. Os recursos serão geridos conforme legislação pertinente a sua origem, sendo utilizados o Decreto 8.241/2014, Lei 8.666/93 e posteriores alterações, assim como a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 na gestão de recursos oriundos de origem pública.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Para a execução deste Programa a receita prevista é de **R\$ 185.103.111,52 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e três mil, cento e onze reais e dois centavos)**, que serão depositados na Conta Corrente nº **46.522-4**, Agência **1591-1** do Banco do Brasil.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. Do total de recursos, será destinado à CONTRATADA, a título de contraprestação pelos serviços prestados, o montante estimado de até **R\$ 9.255.155,58 (nove milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme previsto no Plano Administrativo-Financeiro, calculado com base no volume de atividades que serão dispensadas pela contratada para o gerenciamento do programa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DISTRATO E DA RESCISÃO: Este contrato poderá ser distratado ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- por acordo entre as partes;
- por descumprimento total ou parcial pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA de qualquer cláusula ou condição nela posta, bem como a lentidão, atraso injustificado ou paralisação, sem justa causa, de sua execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da CONTRATANTE as despesas com a publicação resumida deste instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos relativos à execução deste Contrato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, com estrita observância das disposições contidas nas Leis nºs. 8.666/1993, 8.958/1994 e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, em Maceió, para dirimir as questões que porventura surjam na execução deste contrato e que não encontrem solução consensual entre as partes.

E por estarem assim acordes, firmam o presente instrumento em via única digital, para um só efeito, assinado pelas partes e na presença de testemunhas.

Maceió/AL, 01 de setembro de 2022.

Prof. JOSEALDO TONHOLO
Universidade Federal De Alagoas
Contratante

Sr. JOSÉ NILTON SILVA
Diretor Geral PAQTCPB
Contratada

Prof. Dr. ALDRE JORGE MORAIS BARROS
Diretor Adjunto PAQTCPB
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n.º:

Nome:
CPF n.º: